



Renan propõe sistema para fiscalizar ações do Executivo

Pela proposta, comissões do Senado deverão acompanhar a execução dos programas de governo

Os presidentes do Senado e das comissões da Casa se reuniram ontem para tratar de um projeto de resolução de Renan Calheiros que institui de forma sistemática a avaliação de políticas públicas e programas do governo pelo Senado, com a colaboração do Tribunal de Contas da União. **2**



Renan (C) debata com presidentes das comissões projeto que visa ampliar função do Senado como fiscalizador do governo e atender manifestações populares

Jonas Pereira/Agência Senado

Marcos Oliveira/Agência Senado



Observada por Fernando Collor, Magda Chambriard fala aos senadores

Segundo ANP, produção de petróleo dobrará em 10 anos

Em audiência no Senado, a diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo, Magda Chambriard, afirmou que o pré-sal ajudará o

Brasil a duplicar nos próximos dez anos a produção e a reserva de petróleo. Ela citou o apoio dado à indústria nacional. **5**

Acesso à internet não deve ter restrições

Especialistas que participaram ontem de audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia sobre o projeto de Marco Civil da Internet apoiaram o princípio da neutralidade da rede presente na proposta. O princípio impede o bloqueio do tráfego

de dados pelos provedores e restrições a conteúdos, serviços ou aplicativos, o que é feito hoje. Representante das empresas alega necessidade de retorno econômico dos serviços. Projeto do marco civil tramita na Câmara. **8**



Lobão Filho (2º à dir.) preside audiência pública interativa da CCT para discutir proposta de Marco Civil da Internet

Geraldo Magela/Agência Senado

Reforma política será debatida hoje em Plenário com a presidente do TSE **3**

Minirreforma eleitoral pode ser votada na próxima semana **3**

Senado recebe da Câmara PEC do Orçamento Impositivo **2**

Avança proposta que cria regras para cadastro de devedores **4**

Especialistas querem residência pedagógica em toda a educação básica **7**

Pedro Franco/Agência Senado



Ana Amélia (E) apresenta à CAS requerimento de audiência para esclarecer detalhes da contratação dos médicos cubanos, como tempo de contrato e remuneração

Seis comissões farão audiência conjunta sobre Mais Médicos

Audiência analisará contrato de cooperação que possibilitou a vinda de médicos cubanos ao Brasil. **6**

Presidente do Senado apresentou projeto para que cada comissão da Casa acompanhe a execução de um programa ou política pública e, após um ano, preste contas ao Congresso e à sociedade

Renan propõe fiscalização de programas do governo

O LEGISLATIVO VIVE um momento de “absoluto fortalecimento”, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele se reuniu ontem com os presidentes das comissões da Casa para tratar de um projeto de resolução de iniciativa dele que institui de forma sistemática a avaliação de políticas públicas do governo pelas comissões temáticas do Senado. Depois de publicado, o projeto poderá receber emendas em até cinco dias úteis.

Renan lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que não há controle prévio do processo legislativo. Também citou a PEC do Orçamento Impositivo e as novas regras de apreciação dos vetos presidenciais. Na opinião do presidente do Senado, o acompanhamento dos programas

do governo amplia a função do Senado como fiscalizador do Executivo, “robustece” o Parlamento e é também uma forma de resposta às manifestações populares.

— A avaliação de políticas pelo Parlamento é uma prática que dá eficiência ao gasto público, agrega transparência e, em última instância, honra o cidadão que recolhe tributos. Segundo o presidente, no processo de avaliação de cada comissão poderá ser solicitada a colaboração do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Consultoria do Senado.

O presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Blairo Maggi (PR-MT), admitiu que o Congresso não tem fiscalizado o governo como deveria. Ele

disse que vai sugerir à comissão tratar da burocracia e do alto número de leis no âmbito da administração pública.

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Vital do Rêgo (PMDB-PB), explicou que cada colegiado elegerá uma política pública ou um programa do governo para acompanhar e, ao final do ano, deverá prestar contas. A CCJ, disse, deve acompanhar programas na área de segurança pública.

Para Romero Jucá (PMDB-RR), o governo quer acertar e “quanto mais gente olhando, melhor”. Na visão do presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Lindbergh Farias (PT-RJ), a proposta deixa o Senado “mais ligado ao mundo real” das políticas públicas e dos programas sociais.



Flexa Ribeiro, Renan Calheiros e Aroldo Cedraz no Seminário de Avaliação de Políticas Públicas no Legislativo, ontem

Seminário busca mais eficiência para políticas públicas

Na abertura do Seminário de Avaliação de Políticas Públicas no Legislativo, realizado ontem no Senado, Renan Calheiros afirmou que o modelo do projeto de resolução sobre acompanhamento de programas do Executivo poderá ser adotado pelas assembleias estaduais e câmaras municipais. Ele

colocou o Interlegis à disposição para orientar o processo.

O objetivo do seminário, promovido por Senado, Câmara dos Deputados e TCU, foi buscar maior eficiência, inclusive com correção de rumos, das políticas públicas no Legislativo. A mesa de abertura foi integrada ainda

pelo vice-presidente do TCU, Aroldo Cedraz; o diretor nacional do Interlegis, Flexa Ribeiro (PSDB-PA); o diretor-executivo do ILB, Helder Rebouças; a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra; e o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Lobão Filho (PMDB-MA).

Senado recebe PEC que prevê orçamento impositivo

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 565/2006, que estabelece o orçamento impositivo. A proposta foi aprovada anteontem pelos deputados. No Senado, segundo Renan, a PEC pode passar a prever a vinculação de uma parte das emendas à área da saúde.

A PEC obriga a execução orçamentária e financeira de emendas no valor total de até 1% da receita corrente líquida realizada no ano anterior. Caso seja necessário haver

contingenciamento devido ao não cumprimento da meta de superávit primário, as emendas parlamentares serão cortadas em percentual igual ou inferior ao que incidir sobre as despesas chamadas discricionárias (as que o governo pode optar por não executar).

Renan se manifestou favoravelmente à tramitação em regime de urgência da matéria no Senado e à vinculação de um percentual do valor total das emendas impositivas à saúde.

— Acho razoável a proposta de que 40% ou 50% [das emendas impositivas] sejam para a saúde, que é o problema mais

angustiante para a população. Romero Jucá (PMDB-RR) informou que apresentará uma emenda prevendo 40% para vinculação das emendas impositivas destinadas à saúde.

— Eu acho que 40% é um percentual factível — afirmou.

Questionado pelos jornalistas, Jucá discordou que o orçamento impositivo diminua o poder de barganha do governo federal nas votações de projetos no Congresso. Para ele, as emendas têm sido muito mais um fator de desgasto do que de aglutinação, pois o governo demora a empenhar, o que deixa muitos parlamentares insatisfeitos.

Publicidade de alimentos para crianças em debate interativo hoje

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje, a partir das 10h, audiência pública com o tema “Publicidade de alimentos e crianças: regulação no Brasil e no mundo”. Os cidadãos poderão participar encaminhando perguntas e comentários a senadores e convidados (veja ao lado).

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 10h

- ▶ **Tempo real:**
<http://bit.ly/CDHPublicidadeInfantil>
- ▶ **Portal e-Cidadania:**
www.senado.leg.br/ecidadania
- ▶ **Facebook:** eCidadaniaSF
- ▶ **Twitter:** @e_cidadania
#PublicidadeInfantil
- ▶ **Taquigrafia:**
<http://bit.ly/notasCDHPubInf>
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211

SENADORES PEDEM VOTO DE PESAR POR MORTE DE EMPRESÁRIO

Acir Gurgacz (PDT-RO) apresentou requerimento de voto de pesar pela morte do empresário Valter Gomes Pinto, um dos controladores da empresa Marcopolo, fabricante de carrocerias de ônibus. O gaúcho de 81 anos estava

internado havia duas semanas com fibrose pulmonar. Ana Amélia (PP-RS) se associou a Gurgacz e lembrou a atitude de Valter Pinto de pedir, em vez de presentes de aniversário, doações para hospitais comunitários.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois das 17h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Reforma política

11h Sessão temática para debater a reforma política, com a presença da presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Cármen Lúcia. Às 14h, proposta que trata das atividades do sistema de controle interno.

PRESIDÊNCIA Miriam Belchior

10h30 Renan Calheiros recebe a proposta orçamentária de 2014 da ministra Miriam Belchior; às 11h, preside sessão temática e, às 16h, a ordem do dia.

CRA Produção integrada

8h30 Debate sobre parceria de produção integrada agropecuária. O projeto estabelece condições, obrigações e responsabilidades nas relações contratuais entre produtores integrados e agroindústrias integradoras.

CCJ Sabatina

9h Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sabatinam Rodrigo Janot Monteiro de Barros para procurador-geral da República.

LEI DE ARBITRAGEM Sugestões

9h30 Reunião da comissão de juristas que elabora o anteprojeto de Lei de Arbitragem para colher sugestões. Entre os convidados, o diretor do Instituto de Estudos Arbitrais, Octavio de Barros.

CRE Indicações de embaixadores

10h Exame da indicação de Antonio José Vallim Guerreiro para embaixador na Rússia e, cumulativamente, no Uzbequistão; e de Marcos Abbott Galvão junto à Organização Mundial do Comércio e organizações econômicas com sede em Genebra.

CMO Relatório final da LDO 2014

10h Análise do relatório final sobre o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 e do decreto legislativo que disciplina as relações jurídicas decorrentes da rejeição parcial de MP que abre crédito extraordinário em favor dos Ministérios das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional.

CDH Regulação de publicidade

10h A comissão promove audiência, com participação popular por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado, sobre a regulação, no Brasil e no mundo, da publicidade de alimentos dirigida a crianças. Em seguida, haverá lançamento de livro sobre o tema.

CONSOLIDAÇÃO Terras indígenas

14h A Comissão de Consolidação de Leis e Dispositivos Constitucionais debate demarcação de terras indígenas e direito de greve dos servidores públicos.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às 10h, audiência pública da **Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Minirreforma eleitoral pode ser votada na próxima semana

Com o objetivo de facilitar a aprovação do projeto a tempo de as mudanças valerem para as eleições de 2014, relator eliminou a redução de 30 dias no período da campanha, um dos pontos polêmicos. Permanece a proibição de propaganda eleitoral em faixas e cartazes

PLANEJADA PARA VALER já nas eleições de 2014, a proposta de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012) elaborada por Romero Jucá (PMDB-RR) começou a ser discutida ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pedido de vista coletiva adiou a votação para a próxima semana, mas um dos pontos polêmicos já foi eliminado pelo substitutivo do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO): a redução em um mês na duração da campanha.

Jucá pretendia transferir o início da campanha e o da propaganda eleitoral de 5 de julho para 5 de agosto. Raupp não julgou conveniente reduzir o tempo de campanha sem um debate mais aprofundado e propôs 7 de julho como data alternativa. A perspectiva de corte de 30 dias foi motivo de protestos na reunião da CCJ.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Aécio Neves (PSDB-MG) rejeitaram a medida. Rollemberg considerou a redução uma restrição à manifestação de ideias. Aécio avaliou que favoreceria quem tem mandato.

Superada a primeira divergência, os senadores se debruçaram sobre a proibição de propaganda eleitoral com faixas, placas, cartazes, pinturas ou inscrições veiculadas em bens particulares, como muros de residências.

O projeto também veta o



Autor do projeto, Romero Jucá defende suas ideias para Pedro Taques, que classificou as medidas como "perfumaria"

envolpamento de carros, reduzindo o tamanho dos adesivos. O argumento de Jucá para derrubar esse tipo de divulgação foi coibir a realização de "verdadeiros leilões" em torno de paredes, muros, fachadas e até telhados de imóveis particulares com localização estratégica. Sérgio Souza (PMDB-PR) disse acreditar que a medida impõe uma restrição ao direito de o cidadão dispor de seu bem. Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) louvou a iniciativa, comentando que a pintura de muro impõe, inclusive, um custo extra ao candidato, por obrigá-lo a retirar a propaganda após a votação

Em meio à revisão do tamanho dos adesivos em veículos, Eduardo Lopes (PRB-RJ) conseguiu emplacar uma emenda que deve estipular a dimensão

máxima em 15 centímetros por 40 centímetros. A alteração também inclui a liberação de uso de adesivos microperfurados — que não atrapalhariam a visibilidade do motorista, segundo Lopes — em todo o vidro traseiro.

Salários na campanha

Humberto Costa (PT-PE) e Lindbergh Farias (PT-RJ) sugeriram que a proibição de propaganda eleitoral em imóveis particulares se estendesse a bens públicos, como calçadas e ruas. Por fim, ambos — com o respaldo de José Agripino (DEM-RN) — defenderam a inclusão no projeto de dispositivo para inibir o "assalariamento" na campanha eleitoral.

— Já houve caso de eleição para vereador em que um candidato contratou um número

de pessoas suficiente para ser eleito — comentou Humberto, considerando como ideal a campanha feita apenas por militantes sem remuneração.

Ao justificar a proposta de minirreforma eleitoral, Jucá reconheceu o alcance limitado das medidas. A meta não seria "equacionar a questão do abuso do poder econômico nas eleições, mas reduzir os vultosos gastos das campanhas e contribuir para maior isonomia nas eleições".

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) adiantou que votaria a favor do projeto com a certeza de que as mudanças aprovadas não resultariam no aperfeiçoamento eleitoral do país. Em linha de argumentação similar, Pedro Taques (PDT-MT) classificou de "perfumaria" as medidas empreendidas por Jucá.

Senadores debatem reforma política com a presidente do TSE

O Plenário do Senado realiza hoje às 11h sessão temática sobre reforma política com a presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, o debate não está relacionado diretamente à chamada minirreforma eleitoral.

A reforma política é um tema mais amplo, que trata da duração de mandatos e de financiamento a candidatos e partidos, explicou Renan à Rádio Senado.

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) considera positivo o debate. Lamenta, no entanto, que projetos específicos da reforma iniciada pelo Senado em 2011 ainda não tenham se tornado leis.

Jorge Viana diz que reforma política evitará corrupção nas eleições

Em discurso ontem, Jorge Viana (PT-AC) afirmou ser imprescindível que o Parlamento promova "pelo menos uma parte da reforma política". Caso isso não ocorra, disse o senador, eleição no Brasil continuará sendo sinônimo de corrupção. O parlamentar acredita que algumas mudanças podem ser feitas antes de outubro de 2013, para que possam valer já nas eleições de 2014.

Jorge Viana elogiou a realização hoje da primeira sessão temática no Plenário. Com a presença da presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia, o tema será o sistema eleitoral brasileiro e a reforma política.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Adiada análise da mudança no número de deputados

Para atender um pedido de vista coletiva, foi adiada a votação, prevista para ontem, do projeto de Eduardo Lopes (PRB-RJ) que altera o número de deputados federais em 13 estados (PLS 221/2013 — Complementar). A proposta

voltará à pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na próxima semana.

Se o projeto for aprovado, sete estados perderão e seis ganharão cadeiras na Câmara dos Deputados.

Pernambuco e Piauí perderão duas vagas. Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Alagoas e Rio de Janeiro ficarão com uma cadeira a menos.

O grande beneficiado com a mudança será o Pará, que ganhará quatro cadeiras. Minas

Gerais, Ceará, Amazonas e Paraíba vão contabilizar mais duas vagas. Santa Catarina obterá mais uma.

O adiamento da votação ocorreu logo após a apresentação do parecer favorável do relator, Pedro Taques (PDT-MT).

Seminário sobre Lei de Anistia tem cobranças e críticas

Os 34 anos da promulgação da Lei de Anistia foram lembrados ontem em seminário promovido pela Subcomissão da Memória, Verdade e Justiça, da Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH), e pela Comissão Especial das Leis de Anistia, da Câmara. Cobranças de mais agilidade na concessão de indenizações e críticas ao perdão concedido a agentes do Estado que cometeram crimes durante a ditadura militar marcaram a abertura do evento.

Promulgada em 26 de agosto de 1979, a Lei 6.683 foi resultado de intensa mobilização

popular pela volta ao país de exilados políticos. No artigo 1º, concede anistia aos que cometeram, entre 1961 e 1979, crimes políticos ou conexos, aos que tiveram direitos políticos suspensos e a servidores públicos, militares e dirigentes sindicais. Mais tarde, o período seria ampliado para de 1946 a 1988 (Lei 10.559/2002).

Segundo a presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), o seminário buscou reavivar a luta dos que se opuseram à ditadura e apoiar movimento pelos direitos de anistiados e de familiares dos que foram mortos pelo regime.



Ana Rita e Capiberibe (2º à esq.), que foi exilado político, participaram da audiência

— Queremos tornar públicas as dificuldades enfrentadas pelos anistiados e contribuir para acelerar esse processo.

A senadora recomendou ainda que a Comissão Nacional da Verdade tenha amparo

legal para esclarecer todos os fatos ocorridos no período.

O presidente da subcomissão, João Capiberibe (PSB-AP), fez um apelo à ministra do Planejamento, Miriam Belchior, para que libere indenizações a

diversos anistiados ainda não beneficiados. Ele lembrou sua condição de exilado e a expectativa pelo retorno ao país, mas observou que muitas dúvidas ainda persistem, a exemplo da interpretação dada ao artigo 1º, para enquadrar como conexos aos crimes políticos os crimes de tortura e execução de presos políticos. Com isso, foram anistiados agentes policiais e militares apontados como responsáveis por crimes desses tipos. A deputada Luiza Erundina (PSB-SP) defendeu o projeto dela (PL 573/2011) que prevê a "interpretação autêntica" do artigo.



Eduardo Braga conversa com Vital do Rêgo, que presidiu sessão da CCIJ em que foi aprovado relatório de Sérgio Souza

Vão para Plenário regras para cadastro de devedores

Segundo proposta, ninguém poderá ter nome incluído em cadastro negativo sem ter sido avisado antes, por meio de carta, e banco de dados não poderá conter informação sobre quem dever menos de R\$ 60

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem o projeto de lei que fixa regras para os cadastros negativos de crédito (PLC 85/2009). O texto inclui as novas regras na Lei 12.414/2011, sobre os cadastros positivos. Enquanto os negativos são bancos de dados sobre consumidores que não pagam as dívidas, os positivos fornecem informações sobre os que pagam em dia.

A proposta original é do ex-deputado Bernardo Ariston. O texto aprovado pela CCJ foi alterado pelo relator, Sérgio Souza (PMDB-PR). Uma das

medidas previstas exige que o devedor seja avisado com antecedência sobre qualquer informação de inadimplência a ser incluída no cadastro negativo — a não ser que a dívida já tenha sido protestada. A comunicação será por carta com aviso de recebimento (AR). O gestor do banco de dados guardará por cinco anos o comprovante do aviso.

O projeto não permite que o cadastro negativo inclua informações sobre contratos feitos por telefone ou “outro meio que gere dúvidas sobre a identidade do devedor”. Não

admite a inclusão de informações sobre débitos de até R\$ 60 e exige que as dívidas, quando resultarem de decisão judicial, só sejam incluídas no cadastro após trânsito em julgado (quando já não cabe recurso).

O texto prevê também que, se o consumidor apresentar diretamente ao gestor do banco de dados documentos que comprovem o pagamento (ou a regularização) da dívida, o gestor terá que regularizar imediatamente as informações do cadastro.

O projeto agora vai para o Plenário do Senado.

Lotéricas querem lei para a atividade

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem Roger Benac, presidente da Federação Brasileira das Empresas Lotéricas (Febralot). Benac pediu apoio à regulamentação dos serviços das casas lotéricas, medida prevista no PLC 40/2013.

De acordo com o texto, a Caixa Econômica Federal mantém o direito de exclusividade nos contratos firmados com casas lotéricas para serem correspondentes bancários.

A proposta garante à Caixa, como outorgante dos serviços

lotéricos, a opção de exigir que os permissionários atuem em atividades acessórias com exclusividade, inclusive serviços bancários, e lhes proíbe assumir obrigações idênticas com outras instituições financeiras.

Ainda conforme o projeto, todo o ônus do transporte e da segurança privada de valores e documentos lotéricos ficará com a Caixa e o prazo de vigência das permissões passará a ser de 20 anos, prorrogáveis.

Segundo Benac, a falta de regulamentação traz insegurança

para os empresários do setor. Atualmente, a atividade das quase 12 mil casas lotéricas do país é organizada por meio de portarias da Caixa.

— Essas regras mudam de acordo com o gestor da área, o que traz insegurança e não deixa o lotérico sossegado para investir — disse o presidente da Febralot.

O projeto aguarda votação na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde conta com voto favorável da relatora, Vanessa Grazziotin (PCdo B-AM).

Jayne alerta para riscos ambientais da exploração do gás de xisto



O senador Jayme Campos (DEM-MT) manifestou ontem em Plenário preocupação com os problemas ambientais que a exploração de gás de xisto poderá acarretar no Brasil.

Citando dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Jayme destacou o fato de o Brasil contar com reservas da ordem de 500 trilhões de pés cúbicos de gás de xisto em terra — maiores, inclusive, que as reservas do pré-sal —, das quais o Ministério de Minas e Energia autorizou a oferta em leilão de 240 blocos de áreas para exploração.

— É imperioso estarmos em alerta constante quanto aos riscos ambientais acarretados pelo processo de extração, bem mais complexo que aquele utilizado na exploração do gás natural — disse.

Alvaro critica BNDES por conceder “empréstimos privilegiados”



Pronunciando-se ontem pela liderança do PSDB, o senador Alvaro Dias (PR) condenou a concessão de empréstimos privilegiados por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Ele comentou a participação do presidente da instituição, Luciano Coutinho, em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na terça-feira, e ressaltou as críticas da oposição a operações de crédito que, segundo avaliou, beneficiaram grandes grupos econômicos e países estrangeiros em condições pouco transparentes.

— Estamos colocando em perigo a estabilidade financeira da instituição — alertou, citando a concessão de crédito aos Grupos EBX e JBS como exemplos de “desvio de finalidade” do BNDES.

MP que incentiva setor de álcool será votada amanhã

Deve ser votada amanhã a Medida Provisória (MP) 613/2013, que dá incentivos fiscais a empresas importadoras ou produtoras de álcool. O adiamento foi anunciado ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que disse considerar necessário um entendimento sobre a redação de alguns parágrafos.

A MP foi aprovada pela Câmara na terça-feira e tranca a pauta do Senado. Renan disse esperar que, uma vez apreciada a MP, os senadores possam votar sem demora os projetos apresentados pela CPI mista da Violência contra a Mulher.

Walter Pinheiro (PT-BA), relator da MP, disse que a novidade atende um setor que enfrenta dificuldades, além de responder à demanda dos municípios. Waldemir Moka (PMDB-MS) e Mário Couto (PSDB-PA) disseram que emendas de redação não devem obstruir a votação. E José Agripino (DEM-RN) afastou a possibilidade de interpretações duvidosas do



Pinheiro, relator da MP, disse que municípios são beneficiados

texto. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) agradeceu a Pinheiro pelo acolhimento da prorrogação de benefícios fiscais a áreas de livre comércio na Amazônia. Renan tranquilizou os senadores, lembrando que há tempo para votação até o prazo-limite de 4 de setembro.

A MP 613/2013 concede incentivos por meio de crédito presumido e da redução das alíquotas do PIS-Pasep e da Cofins. A estimativa de renúncia em tributos para os setores beneficiados, de 2013 a 2015, é de R\$ 9,54 bilhões.

Comissão analisa na terça-feira auxílio a produtor de cana

Foi transferida para terça-feira a votação do relatório da Medida Provisória 615/2013, que autoriza o pagamento de auxílio aos produtores da safra 2011-2012 de cana-de-açúcar e de etanol do Nordeste e o financiamento da renovação e implantação de canaviais com equalização de juros. A reunião de ontem da comissão mista que analisa o texto foi suspensa a pedido do relator, Gim (PTB-DF).

A MP, que recebeu 104 emendas, perde a validade no dia 16. Gim espera que o relatório seja votado a tempo de ser enviado à Câmara e retornar. Foi acrescentado o direito da hereditariedade na



Relator da proposta, Gim suspendeu ontem a reunião da comissão mista

licença do serviço de táxi, que já foi vetado duas vezes pela presidente Dilma Rousseff. Outro tema é a reabertura do prazo para contribuintes com dívidas na Receita Federal até 30 de novembro de 2008.

Brasil dobrará produção e reserva de petróleo em 10 anos, prevê ANP

Segundo a diretora-geral da agência, que esteve ontem no Senado, perspectiva de aumento foi dada pela descoberta do óleo do pré-sal

A DIRETORA-GERAL DA Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Magda Chambriard, afirmou que o Brasil deve dobrar a produção e a reserva de petróleo nos próximos dez anos. A perspectiva vem principalmente da descoberta de petróleo na camada do pré-sal.

Ela falou ontem em audiência das Comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo Magda, o Brasil tem 15 bilhões de barris de reserva aprovada de óleo e produz 2,5 milhões de barris de óleo e líquido de gás natural (LGN) por dia. A diretora afirmou que dobrar produção e reserva demandará “muito investimento”.

— O setor de petróleo no período de 2013 a 2016 vai investir cerca de R\$ 405 bilhões. Isso é sensivelmente maior do que diversos outros setores extremamente importantes da nossa economia — afirmou.

Indústria nacional

De acordo com Magda, o esforço para dobrar a produção e a reserva de petróleo está sendo feito por meio de uma política de conteúdo local. A política prevê que, para ter direito a explorar e produzir petróleo no Brasil, as empresas se comprometerão a adquirir da indústria brasileira os bens e serviços necessários.

— A política de conteúdo local vem dando resultado. Nós já temos revigorada a indústria naval e temos estaleiros trabalhando para esse setor do Nordeste ao Sul — exemplificou.

A diretora da ANP afirmou que o país está a um passo de se tornar exportador de tecnologia submarina.

Segundo ela, os contratos para exploração e produção de petróleo obrigam as empresas a investir em pesquisa e desenvolvimento. Segundo Magda, de 1998 a 2012 o Brasil investiu R\$ 7,5 bilhões em pesquisa.

— Para os próximos dez anos, vamos investir mais de R\$ 20 bilhões em pesquisa e desenvolvimento. Isso é um auxílio a essa política de conteúdo local e uma inserção de tecnologia



Ao lado dos senadores Fernando Collor e Inácio Arruda, a diretora-geral da ANP, Magda Chambriard, fala em audiência

importantíssima para o Brasil via contratos de produção e exploração de petróleo.

Magda lembrou que houve uma rodada de licitação para exploração de petróleo fora da área do pré-sal em maio e informou que haverá mais duas: a do pré-sal, em outubro, e outra fora do pré-sal, em novembro.

A primeira rodada do ano contemplou 11 estados — dez do Nordeste e o Amapá, no Norte. A intenção foi descentralizar o investimento, que geralmente se concentra no Sudeste. A licitação ocorreu sob o regime de concessão.

— Vocês nunca ouviram falar do Piauí com possibilidade de exploração de petróleo e gás. Agora vão ouvir. O Amapá

nunca tinha aparecido nesse circuito. Vai aparecer — disse.

A outra licitação em regime de concessão será feita em novembro e vai contemplar o Norte, o Nordeste, o Centro-Oeste e o Sul. Os contratos serão para gás natural.

Canudinho

Questionada por Flexa Ribeiro (PSDB-PA) sobre qual é o melhor modelo de contrato — concessão ou partilha —, ela não opinou. Explicou que a diferença é que, pela partilha, a União pode ter um retorno maior do que pela concessão.

— A partilha permite que, no pré-sal, eu ajuste a economicidade do projeto a cada oportunidade exploratória — disse.

Indagada por Blairo Maggi

(PR-MT) se as previsões do pré-sal podem estar erradas, a diretora da ANP disse que na indústria do petróleo há 15% de chance de acerto e 85% de erro.

— Quando a gente fura um poço pioneiro numa jazida, é como se fosse uma esponja imensa do tamanho do Maracanã. Você fura um poço em alguma posição dessa esponja e esse poço tem a dimensão de um canudinho de Coca-Cola. Através desse canudinho, eu pretendo conhecer o Maracanã inteiro — comparou.

Ela disse que dados de abril da ANP mostram que o Campo de Libra, no pré-sal, é maior do que o previsto. No início do ano, a ANP previa que Libra poderia produzir 5 bilhões de barris. Agora, prevê de 8 a 12 bilhões.

Aprovada indicação para diretor da agência

Por 50 votos a favor, 3 contrários e 2 abstenções, o Plenário aprovou ontem a indicação de Waldyr Barroso para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Atualmente o indicado exerce o cargo de superintendente de Refino e Processamento de Gás Natural da agência.

A indicação teve parecer favorável aprovado pela Comissão de Infraestrutura (CI), relatado pelo senador José Pimentel (PT-CE). No relatório, Pimentel ressalta que Barroso tem ampla experiência profissional e acadêmica, além de elevado conceito no campo de especialidade do cargo. Esses aspectos foram

destacados, na discussão da matéria, pelos senadores Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Wellington Dias (PT-PI).

A aprovação da indicação completa o quadro da diretoria da ANP, que vinha desempenhando as funções



Experiência profissional de Waldyr Barroso foi ressaltada pelo relator

com pelo menos um cargo vago desde o final do ano passado.

Barroso é servidor público da ANP desde 2005. Formou-se no Rio de Janeiro em Engenharia Mecânica pela Fundação Técnico-Educacional Souza Marques, com especialização em Engenharia de Petróleo na Universidade Estácio de Sá. O indicado obteve, em 2010, o título de mestre em Ciências pela Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhou na Petrobras, entre 1986 e 2002, na função de supervisor de produção do Setor de Desasfaltação e Craqueamento Catalítico Fluido.

Wellington lê nota do governo sobre apagão no Nordeste

O senador Wellington Dias (PT-PI) leu, em Plenário, nota do Ministério de Minas e Energia sobre as providências tomadas para regularizar o fornecimento de energia elétrica nos estados nordestinos afetados por um apagão durante a tarde de ontem.

Segundo a nota, o ministério começará imediatamente a apuração das causas do incidente. Wellington informou que, desde o início do ano, o governo faz uma operação “pente-fino” nos sistemas de transmissão e usinas de energia elétrica.

Paulo Bauer cobra duplicação da rodovia BR-282 em Xanxerê

Em pronunciamento ontem, o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) cobrou a duplicação da BR-282 no trecho que corta a cidade de Xanxerê, em Santa Catarina. Ele disse que a conclusão da obra também está sendo reivindicada nas mídias sociais pela população local, que denuncia o abandono do empreendimento, lançado durante a campanha eleitoral de 2010.

Paulo Bauer explicou que a BR-282 é uma via de escoamento de grãos dos municípios do Oeste Catarinense para os portos localizados no litoral.

Gurgacz alerta para gargalo logístico do agronegócio

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) afirmou, em pronunciamento ontem, que “a agricultura brasileira precisa superar o gargalo logístico para avançar e conquistar sua verdadeira importância no cenário econômico mundial”. Além da infraestrutura deficiente, o parlamentar reclamou da falta de política clara e integrada para algumas cadeias produtivas e regiões do país.

Gurgacz cobrou atenção especial do governo federal para os investimentos na Região Norte e, particularmente, em Rondônia.

Collor lamenta falta de acordo com grevistas

O presidente da Comissão de Infraestrutura (CI), senador Fernando Collor (PTB-AL), lamentou, no início da reunião do colegiado ontem, a falta de avanço nas negociações para o fim da greve dos servidores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

(Dnit). A paralisação já dura 64 dias.

Collor lembrou que, em 12 de agosto, a comissão realizou uma audiência pública para debater as questões salariais e de carreira dos servidores do órgão. Para ele, haveria um acordo.

— Para nós, ficou evidente, pelo nível do debate, pelos compromissos assumidos e pela disposição das partes envolvidas, que um acordo estaria muito próximo de ser concluído, com prazo limite para o dia 30 deste mês — afirmou.

O presidente da CI afirmou que solucionar o problema da carreira dos servidores do Dnit se tornou prioridade para garantir o andamento das grandes obras no país. Ele voltou a pedir que o governo tenha sensibilidade para solucionar de vez a questão.

Debate reunirá seis diferentes comissões e terá participação do representante no Brasil da Opas, instituição que está intermediando a contratação dos médicos de Cuba

Contratação de cubanos será tema de audiência

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) vai promover audiência pública com o objetivo de conhecer o teor do termo de cooperação feito pelo Ministério da Saúde com a Organização Panamericana da Saúde (Opas) para contratar, de forma coletiva, médicos cubanos para atuarem no Brasil. Serão convidados o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e o representante da Opas no Brasil, Joaquín Molina. A comissão ainda convidará os membros da comissão que analisa a Medida Provisória 621/2013, que instituiu o Programa Mais Médicos.

A audiência será realizada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE); de Assuntos Econômicos (CAE); de

Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA); e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A iniciativa é da senadora Ana Amélia (PP-RS), cujo requerimento foi aprovado ontem pela CAS.

Ao ressaltar que não concorda com a forma desrespeitosa de recepção dos médicos cubanos, Ana Amélia disse que a sociedade merece saber por que a Opas faz a intermediação do contrato, quais os valores pagos aos médicos e ao governo cubano, a forma como são feitos os pagamentos, o

tempo que os profissionais permanecerão no país, entre outras informações. Ela explicou que, no caso de outros países, os contratos são feitos diretamente com os médicos. Já em relação a Cuba, por ser um país comunista, o acordo é feito com o governo.

Na opinião do senador

Humberto Costa (PT-PE), há uma tentativa de “macular” o Mais Médicos e os argumentos contrários vêm mudando por não serem confirmados. Humberto ressaltou ainda que os cubanos não são médicos desempregados, mas funcionários do governo.

— É bom que eles [os cubanos] aprendam um pouco sobre democracia e que os nossos médicos aprendam sobre solidariedade — disse o senador.

De acordo com o presidente da CAS, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), as discussões relativas aos médicos cubanos estão desviando o foco do problema fundamental da saúde, que é o investimento na área.



Waldemir Moka preside reunião da CAS: comissão quer conhecer detalhes do contrato de trabalho com médicos cubanos

Segundo Vanessa, quem critica o Mais Médicos não conhece o programa

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) disse que a medida provisória que institui o Programa Mais Médicos pode ser aperfeiçoada, mas rebateu as críticas feitas por quem não tem “conhecimento pleno da matéria”.

Ela ressaltou que o programa prioriza a contratação de médicos com diplomas nacionais, seguidos de brasileiros formados no exterior e, por último, de profissionais estrangeiros.

Vanessa condenou quem “aproveita o programa para fazer críticas ao país e ao povo”.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Humberto condena “preconceito, xenofobia e racismo” contra cubanos

Humberto Costa (PT-PE) condenou os atos de “preconceito, xenofobia e racismo” contra médicos cubanos que chegaram ao Brasil pelo Programa Mais Médicos. Para o senador, esses atos envergonham os brasileiros.

O programa proporcionará, segundo ele, investimentos de bilhões de reais em atenção básica e atendimentos de média e alta complexidades. Humberto disse que o Mais Médicos repensa a formação médica no país e estimula a abertura de faculdades de Medicina.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Para Couto, governo deveria equipar hospitais, e não contratar estrangeiros

Mário Couto (PSDB-PA) criticou o governo pela situação da saúde do país. Ele condenou a contratação de médicos estrangeiros.

Para o senador, é inaceitável o argumento de que os médicos resolverão os problemas, quando faltam leitos e equipamentos nos hospitais. A vinda de médicos de outros países, segundo Couto, é apenas uma ação imediatista.

— Não enganem o povo brasileiro, não disfarcem a incompetência. Façam hospitais, equipem os hospitais.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Flexa afirma que Executivo não pode continuar reduzindo verbas do SUS

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) defendeu a ampliação dos recursos orçamentários destinados à saúde.

Ele lembrou que, dos R\$91,4 bilhões aprovados pelo Congresso no Orçamento de 2012 para a saúde, R\$ 74,6 bilhões foram realizados.

— É isso que está faltando: o governo federal entender que não pode relegar a saúde a décimo, vigésimo plano. Cada vez mais o governo se retira do financiamento da saúde — lamentou.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Brasil precisa administrar melhor o dinheiro da saúde pública, diz Casildo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) afirmou que uma das metas que devem ser perseguidas pelo Brasil é a gestão eficaz da saúde pública.

— É preciso buscar uma profunda mudança de paradigma, que pode dar novo rumo ao atendimento de saúde pública no país, um novo modelo de gestão, que traga otimização no uso dos recursos, dinamização dos processos e atendimentos, além de capacitação e ampliação de recursos humanos — disse.



Waldemir Boreto/Agência Senado

Aprovado projeto que garante participação popular em sabatina de autoridades

O Plenário aprovou ontem projeto (PRS 8/2011) que muda o Regimento Interno para consolidar a participação popular na sabatina de indicados a cargos que dependem de aprovação do Senado. O projeto, de Roberto Requião (PMDB-PR), irá à promulgação.

O relator, Pedro Taques (PDT-MT), explicou que os cidadãos poderão enviar informações ao Senado pela internet. A medida já é prevista em atos sub-regimentais da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Segundo Taques, a sabatina “não pode ser um convívio entre senadores e sabatinados” e a participação da população impedirá sabatina “de afofado”, permitindo que os senadores possam ter conhecimento mais aprofundado a respeito do sabatinado.

Requião explicou que o projeto inspira-se no sistema norte-americano de escolha de autoridades, estabelecendo prazos amplos e a possibilidade de participação da sociedade pela internet, além de abrir prazo de cinco dias para que as informações

possam ser avaliadas pelo relator, que também poderá convocar audiências públicas.

— Isso evitaria a precipitação que às vezes decorre do excesso de reuniões das comissões que se sobrepõem e moraliza a escolha de autoridades pelo Senado — afirmou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Formação de professores foi debatida ontem por especialistas em audiência pública da Comissão de Educação e Cultura, com destaque para a necessidade de preparação continuada dos profissionais de ensino

Educadores querem ampla residência pedagógica

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA PARA professores das séries iniciais não ajudará a reduzir as falhas da formação de educadores se não considerar a educação básica como um todo. Essa foi a conclusão dos debatedores na audiência pública da Comissão de Educação (CE) sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) 284/2012, ontem.

Autor do pedido de audiência, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu aos participantes da reunião que enviem sugestões ao relator, Cyro Miranda (PSDB-GO). Para Roberto Requião (PMDB-PR), o problema não será enfrentado de verdade enquanto a formação dos professores não for continuada, vista como política de Estado.

— A intenção dessa proposta é maravilhosa; a consequência é nula — afirmou Requião.

Segundo os convidados, a proposta erra por não apontar as fontes de financiamento, já que há previsão de bolsa. E deveria propor a experiência para todas as séries da educação básica.

— Pelo Ideb [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica], estamos

melhor justo nos anos iniciais — disse Rodolfo da Luz, representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e secretário de Educação de Florianópolis.

Segundo os debatedores, residência pedagógica até seria valorosa, sobretudo com uma bolsa que permitisse dedicação integral. Mas é preciso pensar também na formação hoje oferecida na licenciatura.

O representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Danilo de Melo Souza, disse que o déficit de alfabetização e cultural dos professores limita o desempenho. De acordo com Souza, a maioria dos estudantes de licenciatura tem formação com vários problemas, inclusive no estágio obrigatório.

— Há uma preparação insuficiente, fruto de um processo de educação incompleto e tardio.

Helena de Freitas, presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação, defendeu melhor acompanhamento das licenciaturas e dos cursos noturnos e a distância.



Ana Amélia (3ª à esq.) coordenou o debate com especialistas

Yvelise Arco-Verde, do Ministério da Educação, lembrou que o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência tem 70 mil estudantes inscritos. Há outros programas de atualização e formação continuada. O problema, disse ela, é fazer o projeto chegar às pequenas faculdades.

Além da formação, é preciso foco na melhoria das condições de trabalho, afirmou Gilmar Ferreira, da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

— Ou o país enfrenta as questões estruturantes da educação pública ou todas as medidas não surtirão efeito — avaliou.

Segundo Figueiró, escolas especiais não podem perder verba pública

Em Plenário, Ruben Figueiró (PSDB-MS) disse que as escolas de alunos especiais serão prejudicadas se deixarem de receber os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). O senador criticou a aprovação de emenda

ao projeto de lei do Plano Nacional de Educação que, segundo ele, inviabilizará as instituições especializadas ao tornar obrigatória a matrícula de alunos especiais na rede regular.

— Como a rede pública poderá receber esses alunos? — questionou o senador.

Mediação pré-processual obrigatória é defendida

Antes de propor ação na Justiça, quem busca um direito deve procurar a mediação pré-processual, de caráter obrigatório. A ideia foi defendida na audiência que discutiu, ontem, a nova Lei de Arbitragem. O encontro foi promovido pela comissão de juristas que prepara o anteprojeto da lei.

O juiz Ricardo Pereira Júnior, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), destacou que, em 2012, de 29.953 processos registrados no TJSP, houve conciliação em 10.049 (54%).

Para Ana Lúcia Pereira, do Conselho Nacional das Instituições de Mediação e Arbitragem (Conima), após definida a regra da mediação pré-processual obrigatória, as partes devem poder escolher com autonomia entre a mediação pública e (ou) judicial, ou privada.

Presidente da Associação Nacional dos Notários e Registradores do Brasil (Anoreg), Rogério Bacellar propôs

que seja permitida a atuação de cartórios como agentes de mediação em casos como de inventário e divórcio. Aldovandro Torres, da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial, defendeu a aplicação da arbitragem na solução de conflitos trabalhistas.

Amaury Oliva, da Secretaria Nacional do Consumidor, disse que no país não faltam leis para o consumidor, mas falta “respeito das empresas”, o que torna indispensável a atuação do Estado como agente de proteção.

Segundo Simone Andreia Pinto, que falou sobre as atividades da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, os cinco maiores litigantes do país são órgãos públicos. Ela disse que metade dos processos que tramitam no Judiciário envolve entes públicos, porém, ainda não é permitida a conciliação entre os órgãos públicos e particulares.



Audiência sobre Lei de Arbitragem em comissão de juristas



“Um dos mais contundentes discursos”, afirma Amorim

Amorim lembra os 50 anos do discurso de Martin Luther King

Eduardo Amorim (PSC-SE) lembrou os 50 anos do discurso “I have a dream”, do pastor negro norte-americano Martin Luther King Jr. O pronunciamento feito em Washington em 1963 foi dirigido a mais de 250 mil pessoas. Para Amorim, o discurso foi “um dos mais contundentes na luta pelos direitos civis”. O senador disse que, se o líder negro estivesse vivo, incluiria dois outros sonhos: o fim da pobreza e da violência.



Senador lamenta radicalização dos atuais movimentos sociais

Mensagem contra racismo se mantém atual, avalia Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou os 50 anos do discurso do pastor Martin Luther King Jr. que impulsionou a luta contra a discriminação racial nos Estados Unidos. Para o senador, a mensagem de rejeição da violência permanece atual diante das tentativas de radicalização de movimentos sociais. O senador lembrou a recomendação do pastor para que todos procurassem “confrontar a força física com a força da alma”.



Mozarildo saúda os fiéis da Assembleia em Roraima

Mozarildo felicita Assembleia de Deus pelos 98 anos

Os 98 anos da Igreja Evangélica Assembleia de Deus em Roraima, comemorados ontem, foram tema do pronunciamento de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador homenageou a igreja, afirmando que a instituição vai além do trabalho religioso.

— É uma instituição que tem vários projetos sociais que são dignos de não só serem referidos, como serem apoiados — disse.



Ângela Portela cita presença da presidente no Congresso

Ângela: Dilma está comprometida com a proteção das mulheres

Ângela Portela (PT-RR) pediu a aprovação dos 13 projetos redigidos pela CPI da Violência contra a Mulher. Ela agradeceu à presidente Dilma Rousseff por ter atendido seu convite para comparecer ao Congresso e receber o relatório da comissão de inquérito. Para Ângela, foi “um compromisso claro” da presidente com o combate à violência contra a mulher. A presença de Dilma, disse, foi “um momento histórico para todas as mulheres”.



Sérgio Souza integrou a comissão de inquérito

CPI da Mulher fez um trabalho de grande qualidade, diz Souza

Sérgio Souza afirmou que a vinda da presidente Dilma Rousseff ao Congresso representou uma prova da qualidade do trabalho da CPI da Violência contra a Mulher.

— O Poder Legislativo federal deu um passo significativo com a CPI, que teve a honra de integrar — afirmou.

O senador lamentou o fato de o Brasil ocupar o sétimo lugar no ranking mundial dos homicídios de mulheres.



Paim menciona trabalho da CPI da Violência contra a Mulher

Para Paim, visita da presidente ao Congresso foi positiva

Paulo Paim (PT-RS) elogiou a presidente Dilma Rousseff por ter vindo ao Congresso e se comprometido com a proteção das mulheres contra a violência doméstica.

Ele parabenizou também Ângela Portela (PT-RR), autora do pedido para que Dilma participasse da sessão no Congresso na qual a presidente da CPI da Violência contra a Mulher, Ana Rita (PT-ES), apresentou as conclusões da comissão de inquérito.

Em audiência pública sobre o projeto de Marco Civil da Internet, conceito de neutralidade da rede foi ressaltado pelos debatedores

Especialistas defendem acesso à internet sem restrições de serviços

É PRECISO GARANTIR ao internauta acesso completo e sem nenhum tipo de discriminação a todos os serviços na internet. É o que disseram ontem os especialistas convidados para a primeira audiência promovida pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) sobre o projeto de Marco Civil da Internet (PL 2.126/2011), que tramita na Câmara.

Os debatedores apoiaram o conceito de neutralidade da rede presente no texto atual do projeto, segundo o qual o provedor não pode bloquear ou dificultar de alguma forma o tráfego de dados, “sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicativo”. Ou seja, não será permitido discriminar o que se faz na internet e, assim, criar dificuldades, como derrubar ligações feitas via Skype ou tornar mais lento o carregamento de um vídeo do YouTube. As empresas que vendem pacotes de acesso se opõem a essa regra, pois isso as impedirá de comercializar o acesso a apenas alguns serviços, como redes sociais



Lobão Filho (2º à dir.) preside reunião da CCT: para debatedores, provedor não pode discriminar o que se faz na internet

e e-mail, como já fazem hoje.

De acordo com Veridiana Alimonti, advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), o conceito de neutralidade se relaciona ao “acesso pleno à rede”. Para ela, falar da internet como um dos direitos humanos implica falar de livre acesso a bens culturais, a conteúdos científicos, a serviços comerciais e a plataformas de participação nos processos democráticos.

O professor Carlos Affonso Pereira, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), disse que a inteligência da internet está

“nas pontas”, em quem cria e em quem consome conteúdos, e que qualquer tipo de bloqueio no tráfego gera impactos negativos nessa inteligência.

Já o representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), José Francisco de Araújo Lima, lembrou que é natural a oposição das empresas de telecomunicação “ao rigor da neutralidade estabelecida pelo projeto”. Segundo afirmou, elas “estão tentando ver como ganham dinheiro”. Ainda assim, ele apoiou a manutenção do texto como está atualmente.

Outro assunto abordado na audiência foi a privacidade do usuário. O diretor-presidente do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), Demi Getschko, elogiou o projeto por contextualizar o conceito de privacidade, estabelecendo critérios sobre que dados provedores e sites podem armazenar.

— A privacidade é contextual, pois cada um tem o direito de saber algo de mim dentro de certo contexto — disse, apoiando a proibição de que os provedores monitorem todos os passos do internauta na rede.

Projeto do marco civil recebeu 2 mil sugestões

Presente ao debate, o relator do projeto de Marco Civil da Internet na Câmara, Alessandro Molon (PT-RJ), pediu aos senadores que pressionem os deputados pela aprovação da proposta. Ele destacou o interesse que o tema desperta, já que o projeto recebeu mais de 2 mil sugestões de emendas quando esteve em consulta

pública no site da Câmara.

Diante do comentário de um internauta que acompanhou o debate e disse não ver com bons olhos o marco civil, por temer que ele favoreça o monopólio e prejudique os cidadãos, Molon disse que um dos grandes desafios é explicar o projeto a toda a sociedade. Afirmou ainda que o objetivo

é resguardar as características atuais da internet, como a horizontalidade, a liberdade de expressão e a inovação.

— Precisamos da lei para que a internet continue sendo o que ela é — argumentou.

Walter Pinheiro (PT-BA), ao classificar o debate como estratégico, citou o exemplo dos Estados Unidos, que são

representados por integrantes do Ministério da Defesa em conferências internacionais, como a da União Internacional de Telecomunicações.

Os senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Lobão Filho (PMDB-MA) e Vital do Rêgo (PMDB-PB) apoiaram o projeto. Eles disseram esperar que a Câmara aprove logo o texto.

Renan vai a posse do ministro das Relações Exteriores

O presidente do Senado, Renan Calheiros, compareceu ontem à posse do novo ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, no Palácio do Planalto, com a presidente Dilma Rousseff. Figueiredo substitui Antonio Patriota, que será o representante do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York, cargo antes ocupado por Figueiredo.

O novo chanceler é diplomata desde 1979 e foi o negociador-chefe da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, ano passado, no Rio de Janeiro. Carioca de 58 anos, Figueiredo é formado em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. No Itamaraty, foi subsecretário para o Meio Ambiente, Energia



Renan, Dilma, Temer, Barbosa e Patriota ouvem discurso de posse de Figueiredo

e Ciência e Tecnologia.

— É com sentido de missão e vontade de fazer o melhor possível que prometo empenho e trabalho — disse.

Dilma elogiou o trabalho de Antonio Patriota e destacou as qualidades de Figueiredo.

— São dois dos nossos diplomatas mais qualificados. Feliz do país que pode contar com a contribuição de ambos.

Figueiredo assume o cargo no Itamaraty em meio à polêmica sobre a chegada, em território brasileiro, do senador boliviano Róger Pinto Molina. Ele estava abrigado havia 455 dias na embaixada do Brasil em La Paz.

A saída de Molina foi organizada pelo diplomata Eduardo Saboia, encarregado de negócios na Bolívia. O governo

brasileiro concedeu asilo político ao senador boliviano em maio de 2012, mas, para sair do país, ele precisaria de um salvo-conduto, negado pelo governo de Evo Morales.

Em visita na terça-feira ao Senado, Dilma Rousseff disse que o Brasil não poderia ter recebido Molina sem autorização da Bolívia. Na visão dela, a vida do senador foi posta em risco com a operação de fuga da embaixada brasileira em La Paz.

— Um país civilizado e democrático protege seus asilados e tem que garantir, sobretudo, sua segurança e integridade física. O Brasil não poderia jamais aceitá-lo sem salvo conduto e colocar em risco a vida de uma pessoa que estava sob sua proteção — afirmou a presidente.

CPI da Espionagem será instalada na terça-feira

Foi transferida para terça-feira a instalação da CPI da Espionagem, que vai investigar a denúncia de que o governo americano monitorou e-mails e telefonemas de brasileiros. Criada a pedido de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), a CPI terá 11 titulares e 7 suplentes. O Brasil foi um dos países mais vigiados, segundo o jornalista Glenn Greenwald, que falou à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) no início do mês. Ele foi o responsável por expor os programas secretos dos EUA, a partir de dados vazados pelo ex-técnico da agência de segurança americana (NSA) Edward Snowden.

Comissão fará debate sobre segurança nas fronteiras

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) fará uma audiência pública sobre a segurança nas fronteiras brasileiras, em especial na fronteira com a Bolívia e o Paraguai. A proposta de audiência, feita por Ruben Figueiró (PSDB-MS), foi aprovada ontem.

Figueiró sugere que sejam convidados representantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal, da Receita Federal, do Ministério da Defesa e do governo de Mato Grosso do Sul.

O senador aponta a necessidade de maior apoio aos municípios fronteiriços.

— A faixa de fronteira é de 16 mil quilômetros, dos quais mil quilômetros estão em Mato Grosso do Sul. A fronteira é uma área sensível no que concerne à segurança e defesa nacional — afirmou, ao destacar ações de repressão ao contrabando e tráfico de armas e de drogas.

O presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), destacou a preocupação de Figueiró com a situação não apenas de municípios fronteiriços de Mato Grosso do Sul, mas também com as ações necessárias ao longo de toda a fronteira brasileira.



Figueiró: fronteira brasileira, com 16 mil quilômetros, é área sensível